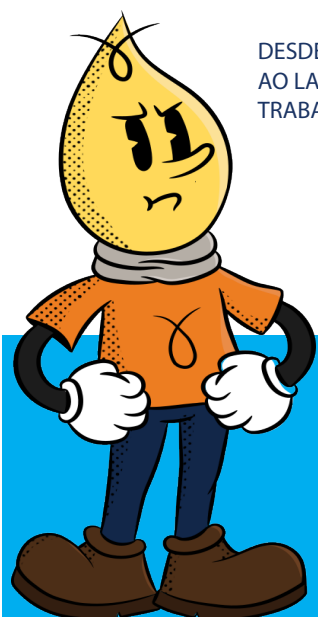




DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Celesc: Quem
paga a conta da
terceirização?
Página 3



Acordo Coletivo na
Cerej segue sem
definição
Página 3



www.linhaviva.org.br

CELESC

Eletricistas da Celesc são agredidos durante corte de energia em Florianópolis

ATAQUE EXPÕE RISCOS ENFRENTADOS POR TRABALHADORES EM CAMPO E REACENDE DEBATE SOBRE FALTA DE PROTOCOLOS DE SEGURANÇA E PREPARO PARA SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA



No desempenho de uma atividade essencial para a população, dois eletricistas da área comercial da Celesc foram vítimas de agressão enquanto realizavam um serviço de suspensão de fornecimento de energia por inadimplência. O episódio, ocorrido na Agência Regional de Florianópolis, expõe de forma preocupante os riscos e a vulnerabilidade a que estão submetidos diariamente os trabalhadores do setor elétrico em Santa Catarina - que, muitas vezes, exercem suas funções sob tensão, insegurança e ameaça constante à própria integridade física.

Durante a realização do procedimento, um dos eletricistas encontrava-se no cesto aéreo efetuando o desligamento da unidade consumidora diretamente no poste, enquanto

seu parceiro de equipe permanecia em solo prestando apoio operacional. Foi neste momento que o trabalhador em terra foi surpreendido por trás pelo agressor, que o atacou violentamente, esganando-o pelo pescoço. A situação gerou momentos de extremo perigo e tensão, **colocando em risco não apenas a integridade física dos trabalhadores, mas também a segurança da própria operação.**

Um episódio desta natureza poderia ter resultado em consequências ainda mais graves, inclusive fatais, considerando que o outro eletricista executava atividade em altura e em contato com a rede elétrica energizada.

Os eletricistas da área comercial desempenham uma função essencial para garantir a sustentabilidade e o funcionamento do sistema elétrico, cumprindo determinações operacionais e procedimentos definidos pela empresa. Entretanto, estes profissionais vêm sendo expostos cada vez mais a situações de ameaça, intimidação e violência durante o exercício de suas funções. Além da gravidade da agressão, o episódio também revelou outra preocupação alarmante: os trabalhadores sequer tinham conhecimento claro sobre como proceder para registrar oficialmente a ocorrência e quais protocolos deveriam ser adotados após uma situação de violência em

campo.

Esse fato demonstra a necessidade urgente de a diretoria da Celesc implementar treinamentos específicos para todos os trabalhadores que atuam em atendimento externo e operações comerciais, preparando as equipes para agir corretamente diante de situações de agressão, ameaça ou risco iminente. É fundamental que existam protocolos claros, orientação institucional, suporte imediato e capacitação permanente para garantir a segurança física e emocional dos empregados. É inadmissível que trabalhadores saiam para cumprir suas atividades sem a garantia efetiva de segurança e sem preparo adequado para enfrentar situações de violência. A violência contra eletricitários não pode ser tratada como algo "normal" ou inerente à profissão.

Diante do ocorrido, cobra-se uma postura firme da diretoria da Celesc, com medidas concretas para proteger seus empregados, ampliar os protocolos de segurança, fortalecer o acompanhamento em áreas de risco e oferecer suporte jurídico, psicológico e operacional às equipes. Nenhum profissional deve colocar sua vida em risco simplesmente por cumprir seu dever. O respeito aos trabalhadores do setor elétrico é uma questão de dignidade, segurança e valorização profissional.

Congresso da Anapar fortalece defesa dos trabalhadores na previdência complementar

Belo Horizonte recebeu, nos dias 28 e 29 de maio, o XXVII Congresso Nacional da Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar e Autogestão em Saúde (Anapar). O evento reuniu lideranças sindicais, representantes do governo federal, parlamentares e especialistas para debater temas estratégicos relacionados aos fundos de pensão.

Um dos momentos marcantes da programação foi a celebração dos 25 anos da Anapar. Um painel especial reuniu dirigentes históricos da entidade, como José Ricardo Sasseron, Claudia Ricaldoni, Antônio Braulio de Carvalho e o atual presidente, Marcel Juvinião Barros. Durante o encontro, foram lembradas conquistas e desafios enfrentados ao longo da trajetória da associação, que se consolidou como principal representante dos participantes de fundos de pensão fechados no País, com atuação relevante em espaços como o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e na formulação de políticas e regulamentações do setor.

A programação contou com painéis temáticos. A abertura

ficou a cargo do jornalista Luiz Nassif, que apresentou uma análise de conjuntura econômica e política, destacando impactos e perspectivas para o segmento. O deputado federal Tadeu Veneri (PT/PR) abordou o trabalho da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Previdência Complementar Fechada, com ênfase nas propostas legislativas em tramitação, entre elas o Projeto de Lei Complementar (PLP) 84/2015.

Representando o Ministério da Previdência Social, o secretário do Regime Próprio e Complementar, Paulo Roberto Pinto, defendeu a previdência complementar como um direito social, ressaltando o papel dos fundos de pensão na proteção dos trabalhadores. Também foram debatidas a agenda regulatória para 2026 e a atuação da Anapar no CNPC, com participação do diretor de Normas da Previc, Alcinei Rodrigues, e da diretora de Previdência da entidade, Claudia Ricaldoni. A pauta da saúde suplementar e os desafios da autogestão foram apresentados pelo advogado Celson Ricardo Carvalho de Oliveira.

O Congresso foi encerrado com a palestra "A Anapar do Fu-

turo", conduzida por Leandro Nunes, vice-presidente do Sindinorte, diretor administrativo-financeiro da Celos e diretor de Imprensa da Anapar, ao lado do vice-presi-



dente da entidade, Dionísio Reis. A apresentação delineou os principais eixos estratégicos para os próximos anos, incluindo governança centrada nos participantes, criação da Fundação Anapar Prev, paridade de representação nos espaços institucionais, regulamentação da autogestão em saúde, fortalecimento da educação previdenciária, ampliação do quadro associativo e definição de metas com resultados mensuráveis.

O Congresso também contou com a presença de dirigentes sindicais da Intercel, entre eles Clênio Braganholo, do Sinergia, e Lúcio Silva, do Sintevi.

Justiça manda parar desconto indevido de IR nas contribuições extraordinárias para Celos

Decisão é válida somente para celesquianos da área de atuação do Sinergia (Grande Fpolis)

Uma decisão da Justiça Federal garantiu aos trabalhadores aposentados vinculados ao Sinergia o direito de deduzir as contribuições extraordinárias feitas à Fundação Celos no cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A medida foi concedida no âmbito da Ação Coletiva nº 5009976-17.2026.4.04.7200, movida pela Advocacia Garcez em defesa da categoria.

A decisão, proferida pelo juiz federal Vilian Bollmann, da 4ª Vara Federal de Florianópolis, reconhece que os valores pagos a título de equacionamento do déficit da previdência complementar podem ser abatidos da base de cálculo do imposto, somando-se às contribuições ordinárias, respeitado o limite legal de 12% dos rendimentos tributáveis.

O magistrado concedeu tutela de evidência, instrumento jurídico aplicado quando há clareza quanto ao direito alegado, **o que permite a aplicação imediata da medida, sem necessidade de aguardar o trânsito em julgado da ação.**

Além de assegurar a dedução na declaração anual, a decisão determina que a Fundação Celos deixe de reter o imposto de renda na fonte sobre os valores corres-

pondentes às contribuições extraordinárias, dentro do teto estabelecido. A medida deve produzir efeito direto na renda dos participantes, com impacto positivo imediato nos contracheques.

A ação beneficia todos os trabalhadores aposentados representados pelo Sinergia (Grande Florianópolis) que contribuem para o plano de previdência complementar da Celos. Para a categoria, a decisão representa um avanço no combate à bitributação, já que impede a incidência de imposto sobre valores destinados à cobertura de déficits do fundo.

Para usufruir do direito na declaração do Imposto de Renda, é necessário optar pelo modelo completo. Os valores devem ser informados na ficha “Pagamentos Efetuados”, sob o código de previdência complementar, incluindo tanto as contribuições regulares quanto as extraordinárias realizadas ao longo do ano.

Especialistas recomendam que os contribuintes busquem orientação contábil para o correto preenchimento da declaração e para evitar inconsistências. A decisão, por ter caráter liminar, **ainda pode ser objeto de contestação nas instâncias superiores.**

NRs reforçam responsabilidades e ampliam exigências de segurança no setor elétrico

Mudanças na norma exigem mais controle, fiscalização e responsabilidade das empresas

As Normas Regulamentadoras (NRs) seguem sendo instrumentos fundamentais para a prevenção de acidentes e a proteção da saúde dos trabalhadores. No setor elétrico, praticamente todas as NRs têm algum grau de aplicação nas atividades diárias, com destaque para a NR-10, que trata especificamente da segurança em instalações e serviços em eletricidade.

A recente atualização da norma, publicada por meio da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 737/2026, trouxe mudanças significativas com impactos diretos nas áreas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Prontuário das Instalações Elétricas (PIE), treinamentos e processos de fiscalização.

Um dos principais pontos reforçados pela nova redação da NR-10 é o caráter compartilhado das responsabilidades. Embora o texto estabeleça, de forma geral, que todos os envolvidos devem cumprir as medidas de controle, a exigência de fiscalização por parte das empresas contratantes ganha maior relevância técnica e operacional.

A norma passa a exigir, por exemplo, a integração do risco elétrico ao inventário de riscos e

ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme previsto na NR-01. Na prática, isso obriga as contratantes a acompanhar de perto as atividades das empresas terceirizadas, garantindo que os riscos estejam devidamente mapeados e que as medidas de controle sejam efetivamente aplicadas.

Outro ponto importante é a obrigatoriedade de formalização de Ordens de Serviço (OS) e Permissões de Trabalho (PT) para intervenções em instalações energizadas. Como responsáveis pela gestão das instalações, as empresas contratantes devem validar, aprovar e auditar essas permissões antes e durante a execução dos serviços.

Diante desse cenário, cresce a pressão sobre empresas do setor elétrico para ampliar seus quadros próprios de trabalhadores, reduzindo a dependência de terceirizações. Além de minimizar riscos de autuações e multas, essa medida pode equilibrar custos operacionais — que, na prática, muitas vezes se mostram equivalentes — e garantir melhores condições para os trabalhadores, especialmente aqueles que hoje atuam sob regime terceirizado.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE LAGES EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE LAGES - STIEEL, CNPJ: 75.326.074/0001-11, com sede a Rua Ernesto Neves, nº 18, sala 07, centro, na cidade de Lages/SC, CEP 88501-215, por seu Diretor Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, Sr. Antonio Cesar de Sousa Correa, CONVOCA todos os sócios da base territorial do STIEEL, para participarem de Assembleia Geral ordinária para discutir, deliberar e votar sobre Prestação de Contas do exercício do ano de 2025, que será realizada no dia **16/06/2026**, no auditório da Agência Regional de Lages sito na Avenida João Goulart 500 - Pisani 88521-752, em primeira convocação às 08h horas com o número regulamentar de presentes e as 08 horas e 15 minutos em segunda e última convocação com qualquer número de presentes.

Lages - SC, 08 de junho de 2026.

Antonio Cesar de Souza Correa
Presidente do Sindicato



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Inscrições para dirigente de base no Sinergia encerram dia 17

As inscrições para se candidatar a representante sindical de base no Sinergia encerram na quarta-feira, dia 17. O sindicato está visitando neste momento postos de trabalho na Grande Florianópolis alertando para os prazos e explicando a importância do/a representante sindical no ambiente laboral. Caso deseje se candidatar, procure um dirigente do Sinergia e faça sua inscrição.



Celesc: Resultados de Recursos da PLR 2025 são adiados

A Diretoria da Celesc informou a Intercel nessa terça-feira, dia 9, que não foi possível analisar os recursos da PLR 2025 na reunião da Colegiada dessa semana. Sendo assim, o anúncio dos resultados foi adiado para a próxima semana. A categoria segue contando com o bom senso da Direção da empresa e o reconhecimento do esforço de todos os trabalhadores.

Terceirização no setor elétrico expõe trabalhadores a precarização e riscos

Contratos milionários contrastam com baixos salários, pressão e denúncias de irregularidades nas empresas terceirizadas

Estamos vivendo, no setor elétrico brasileiro e em outros setores, o horror da terceirização desenfreada. Quem paga essa conta? A vida e a saúde dos trabalhadores precarizados, além da população, que recebe um péssimo retorno.

Recentemente, a Celesc firmou contratos em algumas Regionais com valores vultosos, como ocorreu na ARFL, em março de 2026, com a terceirizada Setup, no valor de R\$ 21.365.788,86, com prazo de 36 meses, podendo ser prorrogado durante sua vigência. Outra terceirizada é a Fortlux Montagens Elétricas Ltda. O valor total do contrato, para o período de prorrogação, passou a ser de R\$ 3.150.960,48. O valor médio individual por equipe/mês ficou em R\$ 43.763,34. O contrato foi aditivado por dois anos a partir de dezembro de 2025.

Nos dias 1º a 3 de junho, a diretoria do Sinergia conversou com trabalhadores terceirizados e próprios sobre o trabalho. Aqui, vamos expor esse lado em que só lucra o dono da terceirizada, enquanto quem paga é a sociedade e a classe trabalhadora.

No contrato da Fortlux com a Celesc, no Vale do Rio Tijucas, são três equipes. No entanto, fomos informados pelos trabalhadores que uma camionete da empreiteira está quebrada há cinco meses, e, em alguns municípios, o trabalho está sendo realizado por trabalhadores da própria Celesc. Ou seja: o contrato prevê três equipes, mas quantas estão efetivamente trabalhando? Estamos pagando por isso?

Além disso, muitas vezes o Sinergia precisa intervir para garantir o pagamento de INSS e FGTS — direitos dos trabalhadores e obrigação contratual das empresas.

Na Setup, os trabalhadores estão em situação deplorável com o novo contrato: perseguições, assédio e cobranças ex-

Nova decisão no STF causa dúvidas entre a categoria eletricitária

Mesmo com fim da idade mínima, reforma da Previdência segue excluindo quem trabalha sob risco de choque elétrico

Na quarta-feira, 3 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF), concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 6309, e, por maioria, invalidou o trecho da Emenda Constitucional 103/2019, que exigia idade mínima para a aposentadoria especial. Com isso, basta comprovar o tempo de contribuição, sem necessidade de idade mínima.

Essa decisão do STF traz de volta a aposentadoria especial dos Trabalhadores expostos ao risco do choque elétrico? Essa decisão não altera em nada a condição do trabalhador exposto ao agente perigoso eletricidade, já que desde a reforma (desmonte) da previdência, as atividades que podem por em risco a integridade física não mais tem previsão Constitucional à aposentadoria especial. Portanto, a aposentadoria especial está prevista apenas aos trabalhadores expostos aos agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. Outra alteração trazida pela reforma da previdência é em relação à impossibilidade de se caracterizar a atividade especial por categoria, ou seja, a aposentadoria especial será reconhecida apenas aos trabalhadores que comprovarem através de laudos técnicos a exposição aos agentes nocivos à saúde, independentemente da categoria profissional.

Como os trabalhadores expostos aos riscos de choque elétrico podem recuperar a aposentadoria especial? O PLP 042/2023 tramita na Câmara dos Deputados, visando regulamentar alguns pontos da aposentadoria especial. Um GT (Grupo de Trabalho) formado por dirigentes sindicais que representam os trabalhadores do setor elétrico, acompanha a discussão e tramitação desse projeto de lei, que atualmente encontra-se em debate na Comissão de Finanças e Tributação. Este projeto, inicialmente contemplava os trabalhadores expostos ao risco de choque elétrico e os vigilantes, em razão das empresas desses seguimentos já contribuírem para a Previdência Social de forma diferenciada, exatamente para custear os acidentes de trabalho e a aposentadoria especial, no entanto, ao ser apreciado nas Comissões de Trabalho e de Previdência, acabou incorporando trabalhadores de outros seguimentos que não recolhem de forma diferenciada, o que tem dificultado a aprovação do projeto na Comissão de Finanças e Tributação. Diante dessa realidade, a Confederação Nacional dos Urbanitários, através do Grupo de Trabalho, se reunirá nessa semana para definir as novas estratégias de mobilização para viabilizar o retorno da Aposentadoria Especial a esses trabalhadores.

Cerej: Acordo Coletivo 2026/2027 segue indefinido



O Sinergia promoveu no final de maio as Assembleias com trabalhadores da Cerej na sede e nas unidades de Major Gercino e Leoberto Leal. Em todas as Assembleias houve a rejeição à contraproposta ao ACT. O sindicato informou o resultado à direção da empresa na sequência e obteve um retorno somente nessa terça-feira, dia 9.

Em correspondência ao Sinergia, a Cerej reafirma a contraproposta feita anteriormente e utiliza argumentos que não dizem respeito à realidade da Cooperativa. O presidente, Edson da Cunha, cita a variação no PLD, preço da energia de curto prazo e a variação do preço da energia em países da OCDE. Esquece, entretanto,



que o PLD apenas é aplicado quando se comercializa energia fora dos contratos normais de compra e venda de energia.

Já a variação do preço da energia nos países da OCDE reflete a realidade de nações que se encontram afetados pelos conflitos na Europa Oriental (a guerra entre Ucrânia e Rússia, por exemplo) e pouco diz sobre a realidade brasileira e catarinense.

Parece que para negar direitos aos trabalhadores e negar a negociação, a Cerej escolhe qualquer argumento que lhe pareça satisfatório, mesmo que não se aplique à realidade. Já aos argumentos dos trabalhadores, não há uma linha sequer escrita na correspondência.

CUTUCADA

Avaliação com teto de vidro?

Chegou à redação do Linha Viva o curioso relato de um leitor, que pede anonimato: na Celesc, chefias estariam sendo “orientadas” por instâncias superiores a manejar na generosidade — ou melhor, a evitar notas muito altas nas avaliações de desempenho de seus subordinados.

Se a regra for mesmo essa, fica o ensinamento: na Celesc, excelência demais pode ser um problema — afinal, não convém desobedecer o teto informal das notas. O mérito, ao que tudo indica, precisa caber no limite previamente autorizado. Enquanto isso, cresce a irritação nos corredores da empresa.



A cigarra e a formiga com cantigas de roda entra em cartaz em Florianópolis

Espectáculo produzido pelo Grupo Armação tem ingressos disponíveis pelo www.sympla.com.br

“A Cigarra e a Formiga” traz uma abordagem contemporânea e bem-humorada do clássico de Esopo. A história acompanha a Srta. Formiga, filha da Rainha das Formigas, que decide morar sozinha e aluga um formigueiro moderno da ambiciosa Dona Joaninha. Enquanto a Srta. Formiga se dedica freneticamente ao trabalho e ao armazenamento de comida para sobreviver ao rigoroso inverno que se aproxima, ela encontra o Sr. Cigarra, um artista que acredita que a vida deve ser celebrada através da música e da diversão. A peça aborda de forma educativa e divertida algumas



“fake news” do mundo dos insetos, explicando, por exemplo, por que as cigarras deixam suas “cascas” nas árvores e o mito de que cantam para chamar a chuva. O espetáculo promove uma reflexão importante sobre a necessidade de trabalhar e se prevenir para o futuro, mas sem esquecer da importância da arte, do descanso e do entretenimento. Com diversas cantigas de roda, a peça convida o público a participar e se alegrar com as personagens. É uma obra que ensina sobre responsabilidade e solidariedade, mostrando que, embora o trabalho seja essencial, a vida fica muito mais leve quando há uma trilha sonora para acompanhá-la.

ELENCO

Flávia Dreher - Dona Joaninha e Rainha das Formigas
Laura Matos - Srta. Formiga
Dico Paz - Sr. Cigarra
Texto e Adaptação: Fernando Lyra Jr.
Direção: Dico Paz
Codireção: Sandro Maquel
Figurino: André Francisco Dalsegio e Eduarda de Souza

Confecção de Figurino: Regina Furbringer
Cenário: Fábio Marques
Iluminação, Montagem e Operação de Luz: Fabrício Bogas Gastaldi
Músicas: Marco Lorenzo e André Berté
Música original “A Beleza do Sonhar”: André Berté
Sonoplastia: Marco Lorenzo e Fábio Marques
Operação de Som: Ivana Brazil
Preparação Vocal: Luiza Mantovani
Designer Gráfico: Dico Paz
Coordenação de Produção: Luiz Naas
Produção: Grupo Armação
INFORMAÇÕES:
Estreia: 13/06 às 16h.
Em cartaz todos os domingos de Junho e Julho sempre às 16h.
Trabalhadores e trabalhadoras filiadas ao Sinergia têm desconto no ingresso, se apresentarem a carteirinha de sócios.

MÊS DO ORGULHO LGBT+

Sinergia participa do 7º Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras LGBTQIA+ da CUT

Evento nacional debate políticas públicas, denuncia perdas de R\$ 94 bilhões com discriminação e cobra mobilização permanente



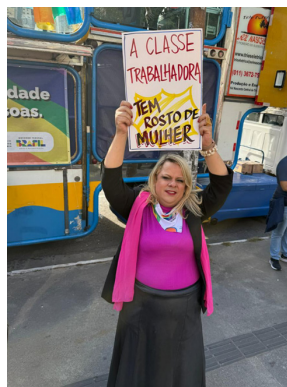
O 7º Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras LGBTQIA+ da CUT, realizado entre os dias 4 e 6 de junho, em São Paulo, reuniu dirigentes sindicais, ativistas, pesquisadores e representantes do governo federal para debater a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ como parte indissociável da luta da classe trabalhadora. A atividade reforçou o papel do movimento sindical na construção de uma sociedade mais democrática, com igualdade de direitos e livre de discriminação. O Sinergia foi representado pelo seu diretor de Imprensa, Leonardo Contin da Costa.

Ao longo dos três dias, os debates destacaram a necessidade de transformar conquistas históricas em políticas públicas permanentes, com estrutura institucional, orçamento e participação social efetiva. Representantes do governo federal e de movimentos sociais enfatizaram que a consoli-

dação desses direitos depende da articulação entre Estado e sociedade civil, além da mobilização contínua nos territórios.

Um dos pontos de destaque foi a apresentação de dados sobre os impactos da discriminação no país. Estudo do Banco Mundial em parceria com o Instituto Matizes aponta que a exclusão da população LGBTQIA+ do mercado de trabalho gera perdas de cerca de R\$ 94,4 bilhões por ano — o equivalente a 0,8% do PIB. A pesquisa também revela uma taxa de desemprego de 15,2% entre pessoas LGBTQIA+, mais que o dobro da média nacional (7,7%), além de altos índices de informalidade (46%) e relatos frequentes de discriminação e ocultação de identidade no ambiente profissional.

A programação incluiu ainda debates sobre os desafios no mundo do trabalho, a importância da formação sindical e a ampliação da participação política da população LGBTQIA+. Entre as atividades, houve a realização da 2ª Marcha Nacional



LGBTQIA+ da Classe Trabalhadora, que levou às ruas pautas como redução da jornada de trabalho, combate à violência e promoção de direitos. Também foi lançada no evento a Cartilha “Serviço Público com Orgulho”, pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, com orientações, glossário e canais de denúncia, orientando os direitos da comunidade LGBT+ no serviço público.

O encontro foi encerrado com a reafirmação de que a luta contra a LGBTfobia está diretamente ligada à defesa de melhores condições de trabalho, renda e cidadania. O público presente no Encontro também participou da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo com bloco próprio da CUT, simbolizando a continuidade da mobilização e o compromisso do movimento sindical com a diversidade, a inclusão e a ampliação de direitos para toda a classe trabalhadora.

Com informações da CUT Brasil. Fotos: Carol Sonego e Leonardo Contin